

REMIÇÃO DE PENA POR LEITURA: O SISTEMA PRISIONAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

REDUCTION OF TIME SERVING THROUGH READING: PRISON SYSTEM AND UNIVERSITY EXTENSION PROGRAM

Aline Campos¹

Darlene Ribeiro da Silva²

Jhenissa da Silva Sousa³

Luciana Conceição da Silva⁴

Marilene Soares da Silva⁵

Taila Silva Alves⁶

Thátilla Ferreira Morais⁷

Resumo

Tem se tornado cada vez mais sólido o argumento de que as pessoas que vivem a situação de privação de liberdade continuam sendo cidadãos não só de deveres, mas também de direitos, o que propiciou avanços significativos na perspectiva da humanização dos espaços de privação de liberdade. Nesse contexto, a perspectiva de inserção no espaço prisional de atividades formativas, tanto no âmbito profissional quanto educacional, passa a receber destaque e surge, e se fortalece cada vez mais, a remição de pena. Paralelo a essas questões sobre o sistema prisional, também é crescente a discussão sobre a importância da extensão universitária, uma vez que a Universidade possui também demandas sociais. Tendo em vista este cenário, o presente trabalho tem por objetivo analisar a experiência extensionista de um Clube de Leitura em uma cadeia pública localizada no extremo norte do Tocantins. Esse Clube de Leitura consiste em encontros semanais na cadeia pública para discussão de trechos pré-estabelecidos de obras literárias definidas coletivamente para leitura. Após a

¹ Graduada em Ciências Biológicas pela UNESP e mestre em Educação pela UFSCar. Professora da Universidade Federal do Tocantins. Coordenadora do grupo de estudos e pesquisa em Educação Popular: a problematização do mundo como luta pela liberdade e do projeto de extensão "Clube de leitura e escola: consolidando o espaço educativo na cadeia pública de Tocantinópolis/TO". Linhas de pesquisa: educação em contexto de privação de liberdade; educação popular e educação de jovens e adultos.

² Universidade Federal do Tocantins

³ Universidade Federal do Tocantins

⁴ Universidade Federal do Tocantins

⁵ Universidade Federal do Tocantins

⁶ Universidade Federal do Tocantins

⁷ Universidade Federal do Tocantins

leitura os participantes, com auxílio das extensionistas, elaboram uma resenha, a qual possibilita a remição de pena por leitura. As três obras lidas pelo grupo, até o momento, foram: Ubirajara, de José de Alencar; A metamorfose, de Franz Kafka; e O pequeno príncipe, de Antoine de Saint-Exupéry. Tais leituras suscitaram reflexões sobre honra, o papel da mulher na sociedade, os estereótipos de índio, determinação, vingança, sentido do trabalho, valor da família, importância da vida, absurdos da vida adulta, encantamento pelo mundo, justiça, valorização da infância. Em nossa experiência a leitura, ainda que difícil, não se apresentou tão desafiadora como a escrita das resenhas. Temos buscado ouvir todos os que estão envolvidos com o sistema prisional e, junto com eles, tentado construir práticas educativas pertinentes para o contexto de privação de liberdade.

Palavras-chave: *Remição da pena; Leitura; Sistema prisional; Extensão universitária*

Abstract

The argument that people who live in situation of deprivation of liberty are still citizens not only of duties, but also of rights, has become increasingly solid. This led to significant advances in terms of humanization of spaces of liberty deprivation. In this context, the perspective of insertion of educational activities into prison space, both professional and in education, happens to receive prominence, and emerges and strengthens the remission of punishment. Parallel to these questions about the prison system, the discussion about the importance of university extension has been increase, since the university also has social demands. In view of this scene, the objective of this work is to analyze the extensionists experience of a Book Club in a public prison located in the northern end of Tocantins. This Book Club consists of weekly meetings in the public prison for discussions of pre-established literary's snippets defined for collective reading. After reading, with the help of extensionists, the participants prepare a review, which allows the remission of sentence by reading. Until now, the three works read by the group were: Ubirajara, José de Alencar; The metamorphosis, Franz Kafka and The Little Prince, Antoine de Saint-Exupéry. These readings allowed reflections about honor, the role of women in society, indigenous stereotypes, determination, revenge, sense of work, family value, importance of life, absurdities of adulthood, the enchantment by world, justice, appreciation of childhood. In our experience, although difficult, the readings were not as challenging as writing the reviews. We have tried to listen to all those involved with the prison system and, with them, we have tried to build educational relevant practices in the context of deprivation of liberty.

Keywords: *Reduction of time serving; Reading; Prison system; University extension*

Introdução

Como pode um sistema que isola almejar a (re)socialização⁸? Esta é a pergunta central para se pensar o papel de práticas educativas no contexto de privação de liberdade.

Se ainda prendêssemos pessoas apenas para puni-las por seus crimes cometidos não haveria nada de errado com nosso sistema prisional. O ponto de inversão surge, entretanto, porque nos demos conta de que apenas punir, ainda que com os mais elevados requintes de crueldade – como eram os suplícios descritos por Foucault (2009) logo no início de sua clássica obra *Vigiar e Punir*, simplesmente não funciona. Não foi possível conter a criminalidade e diminuir a violência valendo-se dessa lógica, ainda que, equivocadamente, alguns meios de comunicação sensacionalistas nos queiram fazer crer nisso.

Diante de tal falência há teóricos da criminologia, sobretudo crítica, que defendem a abolição total das prisões. Cohen (1975), por exemplo, argumenta que a ineficácia da prisão é tão grande que reforma alguma seria suficiente para superar seus paradoxos e contradições, devendo, portanto, ser completamente extinta. Baratta (2018), por sua vez, defende que tal instituição deve ser reduzida drasticamente aos casos em que não se tem ainda outra resposta possível. Ainda que argumentos dessa natureza tenham bastante sentido e correspondência com a realidade, o problema é que tanto não sabemos como viver sem as prisões, como não temos ideia do que “colocar em seu lugar”. Para Foucault (2009, p. 218), “conhece-se todos os inconvenientes da prisão, e sabe-se que é perigosa, quando não inútil. E entretanto não ‘vemos’ o que pôr em seu lugar. Ela é a detestável solução, de que não se pode abrir mão”.

A contenção da violência e da criminalidade ainda é um problema para o qual não se tem soluções e, na falta de novas possibilidades, persiste-se naquilo que parece insubstituível. Apesar de notoriamente fracassada, a sociedade ainda crê na prisão como

⁸ Utiliza-se a grafia (re)socialização no lugar de ressocialização para marcar nossa insatisfação com o prefixo – re, que remete a uma nova chance. Tal insatisfação se justifica a partir dos seguintes entendimentos: (1) as pessoas em situação de privação de restrição e privação de liberdade nem sempre estavam devidamente inseridas na sociedade antes de serem aprisionadas; (2) as prisões são instituições que fazem parte da sociedade, portanto mais um espaço de convívio onde ocorrem processos de socialização; e (3) a socialização é um processo contínuo que ocorre antes, durante e após o encarceramento.

estratégia para contenção da criminalidade e recuperação daqueles que perturbam a ordem. Ainda não é possível imaginar uma sociedade sem prisões, porque estamos longe de atingir os fatores que originam a criminalidade. Nesse dilema, o horizonte que se apresenta é pensar em possibilidades de reinventar as prisões, já que não estamos dispostos a abrir mão dela.

Nesse repensar é importante ter em vista, como destaca Baratta (2002, p.168 e 169), que:

na maior parte dos casos, o problema que se coloca em relação ao detido não é, propriamente, o de uma ressocialização ou de uma reeducação. Na base do atual movimento de reforma penitenciária se encontra antes, a representação realista de que a população carcerária provém, na maior parte, de zonas de marginalização social, caracterizadas por defeitos que incidem já sobre a socialização primária na idade pré-escolar.

Ou seja, a dificuldade em promover a (re)socialização e assim diminuir os índices de reincidência, bem como de violência, está diretamente relacionada aos prejuízos de socialização a que foi submetida a maior parte da população carcerária. Não é possível, desse modo, pensar uma reforma do sistema penitenciário que não esteja atrelada à uma política social, a qual, por sua vez, não pode ser feita sem uma política educacional.

No Brasil, a Lei de Execução Penal – LEP (Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984) em seu primeiro artigo define seu objetivo como sendo, além da efetivação da sentença, “proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado”. Desse modo, a execução da pena privativa de liberdade apoia-se no princípio da humanidade. Porém, é importante observar, como aponta Assis (2007, p.75), que:

No campo legislativo, nosso estatuto executivo-penal é tido como um dos mais avançados e democráticos existentes. [...] No entanto, ocorre na prática uma constante violação e a total inobservância das garantias legais prevista na execução das penas privativas de liberdade.

Desse modo, apesar da “política de execução penal estar pautada sob a égide dos Direitos Humanos, em que se prima pelo direito à condição humana sobre todas as coisas” (JULIÃO, 2012, p. 35), o que se percebe é que o objetivo central da política penitenciária é a proteção da sociedade e não a integração social do sentenciado.

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Infelizmente, em termos práticos, ainda estamos longes de fazer das prisões espaços que deem conta da (re)socialização.

Entretanto, no âmbito das discussões sobre as contradições presentes nos espaços prisionais, é crescente a luta por Direitos Humanos e a compreensão de que as prisões são lugares para públicos pré-determinados, ou seja, para a miséria de nossa sociedade. Para Wacquant (2011, p.13) esses espaços “se parecem mais com *campos de concentração para pobres*, ou com empresas públicas de depósitos industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica”. O crescimento dessas discussões tem propiciado avanços significativos na perspectiva da humanização dos espaços de privação de liberdade. Porém, esse é um tema sempre controverso.

Não raras vezes as ações positivas dentro do contexto prisional são apontadas por parcela da sociedade livre como benefício ou até prêmio ao comportamento criminoso. Contudo, tem se tornado cada vez mais sólido o argumento de que as pessoas que vivem a situação de privação de liberdade continuam sendo cidadãos não só de deveres, mas também de direitos.

Ainda que pensar a dignidade e os direitos das pessoas presas não seja assunto de interesse unânime na sociedade, debates têm sido feitos e avanços importantes têm sido conquistados em termos legislativos. Também tem recebido cada vez mais destaque a perspectiva de inserção no espaço prisional de atividades formativas, tanto no âmbito profissional quanto educacional. Nesse contexto surge, e se fortalece cada vez mais, a remição de pena. *Remição* porque entende-se que seja um pagamento e não um perdão, como na *remissão*. As pessoas presas podem, portanto, buscar se engajarem em seu processo de transformação para, assim, ampliarem suas possibilidades de (re)socialização.

A LEP, em sua primeira versão, previa apenas a remição de pena por trabalho, porém posteriormente, em junho de 2011, ela foi alterada em seus artigos 126, 127, 128 e 129, permitindo também a remição por estudo. A referida lei determina que para cada três dias de trabalho e/ou para cada 12 horas de estudo a pessoa presa tem direito de remir um dia de pena. Ou seja, os dias trabalhados e/ou horas estudadas são convertidas em tempo de pena cumprida reduzindo-se o tempo total que a pessoa deve permanecer privada da liberdade.

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Outra possibilidade de remir a pena, ainda não incluída na LEP, é por meio da leitura. Em 2013 foi aprovada a Recomendação 44 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre atividades educacionais complementares para fins de remição da pena pelo estudo e estabelece critérios para a admissão pela leitura. Tal recomendação estipula que a pessoa presa terá, no período compreendido entre 21 e 30 dias, a possibilidade de ler um livro e apresentar ao final da leitura uma resenha sobre a obra lida, a qual será convertida em quatro dias de remição. Portanto, em um ano podem ser remidos por leitura, no máximo, 48 dias. A recomendação é clara no que diz respeito à necessidade de que as resenhas sejam avaliadas, o que está condicionado à capacidade gerencial da unidade prisional, pois não são disponibilizados funcionários extras para atenderem a essa demanda.

Com esses ganhos legislativos, trabalho e estudo passaram, oficialmente, a fazer parte do contexto de privação de liberdade e rompem com ócio improdutivo, tão característico desses espaços. Claro que se trata de um processo, o qual envolve muita luta e esforços e que ainda está longe de assegurar o que está previsto na lei. Sabe-se que, infelizmente, atividades que possibilitam remição de pena são ainda restritas e reduzidas na maior parte das unidades prisionais. Deve-se, entretanto, reconhecer que elas vêm ganhando aos poucos mais espaço.

Paralelo a essas questões pertinentes aos espaços de privação de liberdade, temos no espaço universitário a extensão como o pé mais enfraquecido do tripé que o sustenta, a saber: o ensino, a pesquisa e a extensão. Logo o segmento que coloca a Universidade à serviço da sociedade é o que se apresenta como o menos valorizado e, por conseguinte, menos praticado. Essa é, pois, uma questão antiga, mas que também vêm ganhando força no contexto atual, em parte como consequência da estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação - PNE (BRASIL, Lei 13.005, 2014), que prevê 10% do total de créditos curriculares no Ensino Superior para a extensão.

Eis então que essas duas questões paralelas – a remição de pena e a extensão universitária – podem se cruzar, formando assim um ponto de encontro. Ou seja, a Universidade, enquanto Instituição de Ensino com responsabilidades sociais, se apresenta como uma possibilidade de promover atividades educativas no contexto prisional com vistas à remição de pena, contribuindo assim no processo de garantia do direito do acesso à educação para as pessoas presas.

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

Frente a esse contexto e essas reflexões, o presente trabalho tem por objetivo analisar a experiência extensionista de um clube de leitura em uma cadeia pública localizada no extremo norte do Tocantins.

Metodologia

O projeto de extensão “*Clube de Leitura e escola: consolidando o espaço educativo da cadeia pública de Tocantinópolis/TO*” é um desdobramento do projeto anterior, intitulado “*Biblioteca e remição de pena por leitura: construindo o espaço educativo da cadeia pública de Tocantinópolis/TO*”, ambos promovidos pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) em parceria com o Ministério Público, a Secretaria de Cidadania e Justiça, a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes, e a Prefeitura Municipal de Tocantinópolis.

Após o estabelecimento da parceria entre a universidade e a cadeia pública, ocorrido no final do primeiro semestre de 2017, a primeira versão do projeto atendeu às demandas de estruturação do espaço físico destinado às atividades educativas, organização de uma pequena biblioteca e promoção de oficinas de leitura e escrita. Em decorrência do apoio das demais instituições parceiras, foi possível promover ainda em 2017 aulas de alfabetização por meio do Programa Brasil Alfabetizado e dar início, em fevereiro de 2018, a oferta de aulas do ensino fundamental e médio.

Com a ampliação da oferta de atividades educativas a Secretaria de Educação, Juventude e Esportes ficou responsável pelas atividades vinculadas a promoção da remição de pena por estudos, enquanto que a universidade focou suas ações para a remição de pena por leitura.

Vale destacar que a remição de pena por leitura já era uma prática de interesse de algumas pessoas presas na unidade, entretanto, o processo para viabilizá-la ainda não estava estruturado por falta de recurso humano para fazer o acompanhamento necessário para validação das leituras. Nesse sentido, em virtude da aproximação com a realidade do espaço, foi possível compreender essas dificuldades e colocar a universidade a serviço de mais essa demanda da referida cadeia pública. Organizamos, então, uma proposta de Clube de Leitura, a qual consistia em nos reunirmos uma vez por semana para dialogar sobre trechos pré-estabelecidos de uma obra literária definida para leitura

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

comum entre os participantes. De posse da proposta, adentramos a carceragem e convidamos as pessoas para fazerem parte do projeto. Inicialmente houve 19 pessoas interessadas em participar e como não teve impedimento por parte da direção da unidade em relação a esse número de pessoas iniciamos o Clube de Leitura com todos aqueles que manifestaram seu interesse em fazer parte do projeto.

É importante destacar que assumimos algumas referências como inspirações para pensar a prática e a relação com a leitura nesse Clube de Leitura. Nesse sentido, nos valemos da concepção de leitura e escrita como experiência, proposta por Bondía (2002; 2007) e Wofgang (1996; 1999).

No primeiro encontro fizemos uma roda de apresentação e em seguida explicamos detalhadamente os mecanismos para obtenção da remição de pena por leitura, bem como a proposta do Clube de Leitura. Em seguida apresentamos alguns livros que selecionamos previamente, levando em consideração a maior quantidade de exemplares disponíveis no acervo da biblioteca da unidade. Havia mais de dez títulos para que os participantes pudessem escolher, coletivamente, qual prefeririam ler. Os livros circularam entre as pessoas e ao final a obra escolhida para dar início ao Clube de Leitura foi Ubirajara, de José de Alencar. Passamos em seguida a estruturar a divisão dos trechos para realização da leitura semanal. Por não haver um exemplar para cada um dos participantes, organizamos a distribuição dos livros de acordo com as celas, de modo que eles pudessem, no interior da carceragem, fazer o revezamento do livro para realização da leitura.

O livro foi lido em três semanas e todos os sábados nos encontrávamos para discutir o trecho lido ao longo de cada semana. Finalizada a leitura, passamos a auxiliá-los na escrita da resenha sobre o livro. Para isso, relembramos coletivamente as principais passagens da história e também os orientamos a incluir em suas resenhas os significados pessoais que eles atribuíam a leitura realizada.

Após concluírem a primeira leitura, repetimos o processo e foi escolhida a obra A Metamorfose, de Franz Kafka. No mês subsequente foi escolhida a obra O pequeno príncipe, de Antoine de Saint-Exupéry.

O projeto está atualmente em andamento e prevê a leitura coletiva e produção de resenha de um livro por mês, respeitando assim as normativas da remição de pena

por leitura. Apesar de ter sido estruturado para ser realizado até o final de 2018, pode ser renovado, se houver interesse da comunidade à qual ele está destinado.

Resultados e Discussão

O primeiro dado relevante para ser considerado na análise da experiência extensionista realizada na cadeia pública refere-se ao número de pessoas presas interessadas em participar do Clube de Leitura. O total de 19 pessoas equivale a aproximadamente 32% da população carcerária da unidade, trata-se, portanto, de um número expressivo. Em decorrência da própria convivência com este espaço, mas também tendo por base estudos anteriores (LEME, 20017; SANTOS, 2007; CAMPOS, 2015), é possível afirmar que muitas dessas pessoas buscam fazer parte de atividades educativas por diversas razões, tais como buscar melhores condições para retornarem ao convívio social livre, remir sua pena e até mesmo para simplesmente sair um pouco da cela e fazer algo diferente da rotina prisional. Esse número se torna mais expressivo quando se sabe, devido a convivência com a população carcerária, que a remição de pena por leitura é menos “rentável” do que a por trabalho, haja visto que a primeira demanda mais tempo e esforço intelectual do que a segunda, na maior parte das vezes predominantemente braçal.

O segundo ponto a destacar foi a surpresa, tanto no envolvimento dos participantes na atividade quanto no calor das discussões sobre as obras lidas coletivamente. Esta surpresa se faz ainda maior considerando-se que a primeira obra escolhida foi uma história nos moldes do romantismo brasileiro, que enaltece e distorce a imagem do índio. Quem poderia imaginar que a obra Ubirajara, de José de Alencar, com sua narrativa lendária e aparentemente ultrapassada, geraria reflexões tão profundas sobre honra, o papel da mulher na sociedade, os estereótipos de índio, determinação e vingança? É difícil, talvez impossível, mensurar objetivamente o impacto de tais discussões na formação humana desses sujeitos. Julião (2007, p.48) considera, entretanto, que:

a educação assume papel importante, pois, além dos benefícios da instrução escolar, oferece também ao interno a possibilidade de participar de um processo de modificação capaz de melhorar sua visão de mundo, contribuindo para a formação de um senso

crítico que auxilie no entendimento do valor da liberdade e melhorando o comportamento na vida carcerária.

O terceiro ponto importante de ser analisado decorre da observação de frases como “nós estávamos discutindo isso lá na cela”, que foram proferidas em diferentes momentos das discussões sobre a leitura dos livros. Frases como essa evidenciam claramente o poder de difusão das atividades educativas. Ainda que elas aconteçam num espaço definido e não atinjam diretamente toda a população carcerária da unidade, indiretamente elas rompem as barreiras do espaço físico e adentram a carceragem por meio da fala daqueles que participam da atividade. Por essa razão, elas potencialmente podem alterar a dinâmica de toda a unidade prisional, contribuindo para a reinvenção desse espaço.

Apesar de não ser algo específico do contexto prisional, vale destacar também que a maior parte dos participantes nunca haviam lido um livro por completo antes, o que corrobora a afirmação de Silva (2005, p. 11 e 12) de que

[...] o acesso à leitura e aos livros nunca conseguiu ser democratizado em nosso meio. A tão propalada ‘crise da leitura’ não é uma doença destas últimas décadas, nem deste século: ela vem sendo reproduzida desde o período colonial, juntamente com a reprodução do analfabetismo, com a falta de bibliotecas e com a inexistência de políticas concretas para a popularização do livro.

O Clube de Leitura constituiu-se, assim, na primeira experiência de leitura de obra literária para a maior parte dos participantes. Tal constatação reforça a já identificada e denunciada, por diversos estudiosos da temática, dentre eles Baratta (2002) e Wacquant (2007; 2011), situação de que as prisões abrigam aqueles que não tiveram acesso aos processos de socialização, dentre eles a devida escolarização.

Justamente pela ausência da familiaridade com obras literárias tem sido possível perceber o processo de estranhamento e resistência se transformarem, gradativamente, em abertura e descoberta. No primeiro encontro para discutir a obra “A metamorfose” a quase totalidade dos participantes adentraram o espaço educativo reclamando da leitura do primeiro trecho. Afirmavam que a história era “uma viagem”, que não haviam entendido nada e que não tinha sentido algum o personagem ficar falando tanto das “perninhas para o alto” que ele mal conseguia controlar. Chegaram

decididos a interromper a leitura e trocar de livro. Estavam muito preocupados em entender o livro de maneira racional e lógica. Não haviam descoberto, ainda, que alguns livros servem para serem sentidos, não necessariamente compreendidos.

Buscamos fazer a defesa por continuar a leitura sem obrigá-los, entretanto, a fazer algo que não gostariam. Propomos então fazer a discussão sobre o trecho já lido e decidir no final do encontro se persistiríamos ou não na leitura do livro. Ao se darem conta da quantidade de reflexões que eram possíveis de ser extraídas da metamorfose de um ser humano para um inseto imenso, optaram por seguir a leitura. A obra acabou por proporcionar reflexões sobre o sentido do trabalho, o valor da família e a importância da vida. Alguns deles se identificaram com Gregor, o protagonista da história. Se reconheceram no abandono, no problema que se converteram para suas famílias e no ser desprezível, tal como o inseto, que se tornaram para a sociedade.

Estranhamento e resistência também foram as primeiras manifestações em relação à obra “O pequeno príncipe” que, segundo um deles, é um livro que tem muitas perguntas e poucas respostas. Percebe-se que há entre os participantes uma procura incessante pelo raciocínio lógico e linear. Um deles riu ao lembrar que o personagem acreditava ser possível uma jibóia engolir um elefante, evidenciando assim o absurdo do pensamento das crianças. Ao longo da conversa, porém, foram percebendo o quanto há de absurdo não só nos pensamentos, mas também nas ações, dos adultos.

Apesar de não ser possível fazer afirmações sobre o modo pelo qual a participação no Clube de Leitura tem impactado na formação dos que estão nele envolvidos, concordamos com Silva (2005, p. 15) que:

a leitura mais produtiva é aquela capaz de gerar a reorganização das experiências do leitor ao nível individual e, ao nível coletivo, aquela capaz de gerar o máximo de conflito entre as interpretações – isto porque esse tipo de leitura, além de permitir a liberdade de interpretação e expressão, faz com que os leitores se enriqueçam mutuamente através de elucidações e justificativas constantes, conseguidas através da discussão e do debate.

Mesmo havendo entre os participantes uma procura por uma compreensão “correta”, um entendimento único e verdadeiro, todas as discussões realizadas têm propiciado evidenciar as diferentes impressões e significados atribuídos à leitura. Gradativamente eles têm manifestado sua surpresa com relação a quantidade e

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

diversidade de reflexões que se pode fazer a partir da leitura de um livro. É constante também a menção da importância do coletivo para “melhor compreender” a leitura.

Findado o momento de leitura, adentramos a segunda fase do projeto, que viemos descobrir ser a mais difícil: escrever as resenhas. O último encontro de cada mês é destinado para a escrita das resenhas, as quais são por nós lidas e corrigidas em termos ortográficos e gramaticais, para posteriormente serem devolvidas para que eles as passem a limpo. Percebemos nessa etapa a imensa dificuldade, e até resistência, que a quase totalidade apresenta com relação à escrita. Na primeira resenha, conforme tentavam escrever, alguns suavam, reclamavam e passavam nervoso. Quase todos não conseguiram finalizar a resenha do primeiro livro lido em apenas um encontro e terminaram o encontro afirmando estar com dor de cabeça de tanto pensar. Houve um participante que, estressado e com raiva, após algumas tentativas optou por desistir.

Nas leituras seguintes, por sugestão de um dos participantes, alteramos a dinâmica destinando ao final de cada encontro um momento para a escrita de um trecho da resenha. Assim, após as discussões semanais eles já buscavam sintetizar as principais ideias, ficando o último encontro do mês para organizar todas as partes em um único texto. Tal mudança contribuiu para o desenvolvimento das resenhas, contudo alguns participantes ainda apresentam muita dificuldade com a produção escrita. Escrever tem se apresentado como a principal preocupação entre os participantes.

Gomes (2010, p. 101) afirma que “a leitura é sempre apresentada como provocadora da escrita, que é sempre percebida, tanto pelo professor quanto pelo detento, como espaço de liberdade do dizer e fonte de reflexão sobre a própria condição”. Em nossa experiência a leitura, ainda que difícil, não se apresentou tão desafiadora como a escrita. Apesar de já ser possível identificar progressos, como a diminuição do nervosismo e maior disposição para a execução da tarefa, nota-se que os participantes depositam na resenha a importância da remição de pena e, por isso, buscam realizá-la de modo a agradar o outro (no caso, o juiz). Por essa razão, as resenhas têm sido feitas mais como algo a ser apresentado para um avaliador, do que um “espaço de liberdade do dizer”. Em nossa experiência, tal espaço de liberdade tem sua potência nas discussões sobre a leitura, momento este que temos buscado estimular tanto a habilidade de expressar opiniões e impressões, quanto de fazer a escuta generosa do outro. Ambos grandes desafios.

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

É importante dizer que das 19 pessoas interessadas inicialmente em participar do projeto em torno de 15 efetivamente frequentaram o Clube de Leitura e, destes, 10 conseguiram escrever as resenhas dos livros. Analisando os dados brutos, poderíamos ser levados a crer que houve uma grande desistência pelo caminho. Porém, em se tratando de contexto prisional alguns esclarecimentos se fazem necessários. Como já afirmado por Leme (2007, p. 116), “a rotatividade dos alunos em sala de aula é muito grande, visto que eles são transferidos de presídio constantemente, por razões de segurança e disciplina e, em outras vezes, por progressão de regime”. Soma-se a esses fatores os alvarás de soltura, que no caso de nosso clube de leitura foi responsável pela saída de quatro participantes que estavam cumprindo prisão preventiva.

Dada esta especificidade da prisão e considerando-se que a leitura de uma obra se inicia e se encerra em um único mês, temos trabalhado com a rotatividade de participantes. Assim, a cada mês reestruturamos os participantes do Clube de Leitura de acordo com as demandas e interesses. Nesses três meses de existência do Clube, persistimos com a média de 15 participantes por obra selecionada e 10 resenhas produzidas. Mais da metade dos participantes são contínuos, ou seja, participam desde o início do projeto. Contudo, a cada novo mês refazemos a lista de participantes, excluindo aqueles que saem da unidade ou que perdem o interesse pela participação e incluindo aqueles que são novatos na unidade e manifestam interesse em participar.

Em última análise, não é apenas a leitura e escrita que é apresentada como experiência a ser criada individual e coletivamente, mas a própria execução do projeto. Temos, no próprio desenvolvimento do Clube de Leitura, experimentado diferentes formas de fazer, propondo e aceitando propostas de todos os participantes.

Por fim, há que se destacar que toda essa análise é ainda preliminar, uma vez que o projeto está em pleno desenvolvimento e que até o momento apenas foram concluídas a leitura de três livros. Porém, já nos é possível perceber o quão rica tem sido a experiência, para todos os envolvidos.

Gomes (2010, p. 103) enfatiza que:

Em diferentes cursos constroem-se saberes que poderiam traduzir-se em ações educativas voltadas a um melhor aproveitamento do tempo de detenção, nas comunidades prisionais. Um estudo prévio das comunidades carcerárias permitiria levantar possibilidades e necessidades, que podem ir do desenvolvimento do nível de letramento à aprendizagem de

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

um ofício que abrisse caminhos para a reinserção no mundo do trabalho. Ganharia o(a) detento(a) com a instrução, mas também o estudante, que agregaria à sua formação profissional, além de experiência, uma preparação efetiva para o exercício da responsabilidade social.

Concordamos com a autora e acreditamos que a parceria estabelecida entre a Universidade Federal do Tocantins e a Cadeia Pública de Tocantinópolis, que no atual momento têm promovido o projeto de Clube de Leitura aqui analisado, possibilita a articulação entre as três instâncias do fazer acadêmico (ensino, pesquisa e extensão). Além disso, o desenvolvimento do projeto tem contribuído para fazer acontecer de fato e de maneira adequada a remição por leitura, que é uma demanda crescente nas unidades prisionais, porém de difícil realização sem o aumento de recurso humano.

Considerações Finais

Quando se tem a possibilidade de conviver com o contexto prisional uma das referências que mais se abala é a noção de tempo. Ele é, em última instância, a própria pena. A privação de liberdade é mais ou menos dura em função do tempo que fará com que o infrator se mantenha preso. Todos os esforços são no sentido de diminuir ao máximo esse tempo. Ele é ainda a moeda de troca das remições. É o que todas as pessoas presas esperam que passe logo, mas que se arrasta quando se vive lá dentro. A percepção do significado do passar do tempo não é, definitivamente, a mesma para quem está dentro e para quem está fora da prisão.

Por tudo girar ao redor do tempo, nos parece que o ponto central para se pensar as práticas educativas no contexto de privação de liberdade seja justamente resignificar o tempo de pena, o que envolve a remição, mas vai muito além dela. O que fazer com esse tempo de pena? Essa é uma questão fundamental, contudo, há que se ter em vista que ter tempo não é suficiente para que a pessoa decida se dedicar a aprender e estudar. É necessário que as propostas educativas sejam interessantes e significativas (DE MAEYER, 2011). Quais propostas oferecer então? Quais metodologias assumir?

Nossa experiência tem sido construída com base no *fazer com* defendido por Freire (2011). Temos, portanto, buscado ouvir todos os que estão envolvidos com o sistema prisional (os agentes penitenciários, a direção da unidade e as pessoas presas) e, junto com eles, tentado construir práticas educativas pertinentes para o contexto de

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

privação de liberdade. Nesse processo, a única certeza que temos é de que somos todos aprendizes nesse fazer.

Referências

ASSIS, Rafael Damaceno. A realidade atual do sistema penitenciário brasileiro. **Revista CEJ**, Brasília, ano XI, nº 39, p.74-78, out./dez. 2007.

BARATA, Alessandro. **Criminologia Crítica e a Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

BARATA, Alessandro. **Ressocialização ou controle social**: uma abordagem crítica da “Reintegração Social” do sentenciado. (Universidade de Saarland, RDF). Alemanha. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13248-13249-1-PB.pdf> > Acesso em 31/março/2018.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.04-27, jul./dez. 2011.

_____. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. **Revista Brasileira de Educação**, nº19, 2002

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

CAMPOS, Aline. **Educação, escola e prisão**: o “espaço de voz” de educandos da Centro de Ressocialização de Rio Claro. 2015. 275p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

COHEN, Stanley. Um cenário para el sistema penitenciário futuro. **NPP**, 1975.

DE MAEYER, Marc. Ter tempo não basta para que alguém se decida aprender. In: IRLAND, Timothy D. (Org.) Educação em prisões. **Em Aberto**, Brasília, v.24, n.86, p.43 – 55. nov/2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 17 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Raquel Ramalhete (tradução). 36ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

Dossiê Extensão universitária e sistema penal-penitenciário: aportes teóricos e experiências de luta, projetos e ações. V. 04, N. 1, Jan.-Dez., 2018.

GOMES, Neiva Maria Tebalde. Leitura e literatura em presídios. In: CRAIDY, Carmem Maria (Org.). **Educação em prisões: direito e desafio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 101 – 103.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Sistema penitenciário brasileiro: política de execução penal**. Rio de Janeiro: Faperj, 2012.

_____. A educação escolar na prisão sob a ótica dos detentos. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. (Org.) **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EDUFSCar, 2007. p. 93 – 109.

LEME, José Antônio Gonçalves. A cela de aula: tirando a pena com letras. Uma reflexão sobre o sentido da educação nos presídios. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano. **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EdUFSCar, 2007, p.111 – 157.

SANTOS, Silvio do. O espaço administrado da prisão e a escola como *locus* de resistência. In: LOURENÇO, A. S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). **O Espaço da prisão e suas práticas educativas: Enfoques e perspectivas contemporâneas**. São Carlos: EdUFSCar, 2011. p. 119 – 129.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 10 ed. Campinas, SP: Papitus, 2005.

WOF GANG, Iser. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1996, I v.

WOF GANG, Iser. **O ato da leitura: uma teoria do efeito estético**. Tradução de Johannes Kretschmer. São Paulo: Editora 34, 1999, 2 v.

Apresentado em maio de 2018.

Aprovado para publicação em julho de 2018.